

DATA LUTA



BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, dezembro de 2018, número 132. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATA LUTA

Brutalidade na luta pela terra na Paraíba

ARTIGO DO MÊS

Territórios da insegurança: o suicídio decorrente da ingestão de agrotóxicos em áreas rurais em Ribeirão Branco/SP

<http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php>

EVENTOS

I Encontro Latino-americano de Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais

UNESP/Sé – São Paulo, 28 a 31 de janeiro de 2019.

XVII Encontro de Geógrafos da América Latina –EGAL 2019

PUCE/Quito – Ecuador, 9 al 13 de abril de 2019.

PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



Okara: Geografia em debate.
Vol. 12, N. 2 (2018) Dossiê
Michel Temer e a Questão Agrária

Orgs: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, PPGG/UFPB. Seu propósito é fomentar o debate entre pesquisadores, especialistas, professores, pós-graduandos e profissionais que trabalham na Geografia. Tem por objetivo divulgar pesquisas e experiências que contribuam para o conhecimento teórico e prático da Geografia.
<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/okara/issue/view/2129/showToc>.



De Olho nos Ruralistas
Realização: De Olho nos Ruralistas.

De Olho nos Ruralistas é um observatório jornalístico sobre o agronegócio no Brasil. Em foco, os impactos sociais e ambientais e o poder político e econômico dos ruralistas. A produção do portal e dos boletins diários (sobre Ambiente, Agronegócio, Comida e Conflitos) é mantida pelos assinantes. Para ver: <https://deolhonosruralistas.com.br/>



PodCast Unesp – Pod Territorial.
Autores: Vários

O Podcast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social. Para ouvir/baixar: <http://podcast.unesp.br/>.

EQUIPE:

Edição: Danilo Valentin Pereira e Lucas Pauli (bolsista FAPESP).
Coordenação: Janaína F. S. C. Vinha, Eduardo P. Girardi, Valmir J. de O. Valério (bolsista FAPESP) e Danilo Valentin Pereira.
Leia outros números do BOLETIM DATA LUTA em www.fct.unesp.br/nera

BRUTALIDADE NA LUTA PELA TERRA NA PARAÍBA

Marco Antonio Mitidiero Junior
Universidade Federal da Paraíba
mitidierousp@yahoo.com.br

É difícil pensar academicamente, refletir baseado em conceitos e teorias e tentar produzir conhecimento científico sobre o histórico tema da violência no campo quando essa violência bate à sua porta. Igualmente difícil é ver militantes dos movimentos sociais, tão próximos desse pesquisador, engrossarem os números de assassinados em conflitos fundiários, os mesmos números que compõem as análises de vários estudiosos do tema. Quando o tema da violência bate à sua porta, a brutalidade e covardia contra o “seu objeto de pesquisa” explicita, ao mesmo tempo, limite e temor na labuta do trabalho acadêmico ao passo que nos impele a romper esses limites e temores e continuar no caminho da produção do conhecimento crítico, de um saber que se constitua em uma crítica radical às injustiças, barbáries e brutalidades que marcam a questão agrária brasileira.

Quando comecei a estudar o tema da questão agrária na segunda metade da década de 1990, o conceito/noção que pairava na literatura era o de *“luta pela terra”*. A luta organizada por reforma agrária produzia processos de espacialização e territorialização da luta (FERNANDES, 1996). Já no início do novo século um outro conceito emergiu nos estudos sobre os conflitos fundiários, o conceito de *“luta pelo território”*. Em uma simbiose entre os intelectuais orgânicos e os movimentos sociais, o conceito de luta pelo território ampliou a noção de luta pela terra como lugar de morada e produção, trazendo as noções de autonomia e o germe de novas/outras possibilidades de formação social e territorial a partir do exemplo da luta organizada pela terra. Mais recentemente, talvez nos últimos três anos, começa a aparecer um novo conceito tanto na literatura como no discurso dos movimentos sociais, que é o conceito de *“luta pela vida”*. Longe de ser um amadurecimento dos dois conceitos anteriores ou distante de uma depuração intelectual, a nova expressão conceitual aparece como um conceito-alarme, um impulso empírico de que a realidade dos povos do campo está cada vez mais ameaçada. “Territórios de vida contra territórios de morte” e “projetos de vida contra projetos de morte” são expressões do atual estágio do desenvolvimento do capitalismo, cada vez mais alicerçado na violência (física e simbólica) como forma de reprodução ou como forma de sobrevivência. É nessa conjuntura que analisaremos a brutalidade de dois assassinatos recém ocorridos no estado da Paraíba.

No dia 8 de dezembro de 2018 foram assassinados José Bernardo da Silva (de apelido “Orlando”) e Rodrigo Celestino. Ambos eram militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e atuavam no Acampamento Dom José Maria Pires, no município de Alhandra, litoral sul paraibano. Por volta das 19 horas, os acampados estavam terminando uma reunião quando quatro homens encapuzados invadiram o acampamento, destacaram Orlando e Rodrigo do grupo e dispararam vários tiros contra eles na frente dos outros militantes. Orlando, deitado, foi metralhado e faleceu aos pés de sua companheira. Rodrigo, em pé e encostado na parede, recebeu dois tiros fatais.

Orlando tinha 46 anos, era agricultor, pai de dois filhos e liderança do MST na Paraíba. Rodrigo tinha 38 anos, era formado em Agroecologia, pai de cinco filhos e militante acampado. O acampamento Dom

José Maria Pires tinha um ano e cinco meses de ocupação das terras da antiga Fazenda Igarapu, que segundo o Jornal Brasil de Fato-PB (dezembro de 2018), são terras pertencentes ao Grupo Santa Tereza, que faz parte da Companhia Agroindustrial de Goiana (Caig). Ainda não há informações sobre as investigações e não há acusados.

No caso do assassinato de Orlando, há um dado importante que mobiliza o objetivo desse texto. Trata-se de um militante de uma família de militantes, que há nove anos teve um de seus irmãos assassinado pela mesma motivação. Em 2009, Odilon Bernardo da Silva Filho, de 33 anos, foi emboscado e assassinado em decorrência da luta dos atingidos pela barragem de Acauã-PB. Osvaldo Bernardo, outro irmão de Orlando, é a principal liderança do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) e é o único sobrevivente dos três. Não diferente, vive sob ameaças e, agora, sob a memória das brutais execuções de seus irmãos. Osvaldo, desde a morte de Odilon, em 2009, vive resguardado pelo “programa de proteção aos defensores dos direitos humanos”. Os assassinatos de Odilon e Orlando e a vida ameaçada de Osvaldo são o retrato em cores de uma constante histórica dos conflitos fundiários no Brasil. O objetivo desse texto, e do breve relato da recém ocorrência de brutalidade no campo paraibano, é situar a violência como mediadora dos conflitos por terra, e que assim se perpetua mesmo com o amadurecimento das instituições que compõem o Estado e a democracia brasileira nos últimos 30 anos.

**Figura 1 – Velório de José Bernardo da Silva no Assentamento Zumbi dos Palmares
Município de Mari-PB**



Fonte: MST/PB - Autora Christian Woa, dez. 2018.

**Figura 2 - Velório de José Bernardo da Silva no Assentamento Zumbi dos Palmares
Município de Mari-PB**



Fonte: MST/PB - Autora Christian Woa, dez. 2018.

Figura 3 - Sepultamento de José Bernardo da Silva - município de Mari-PB



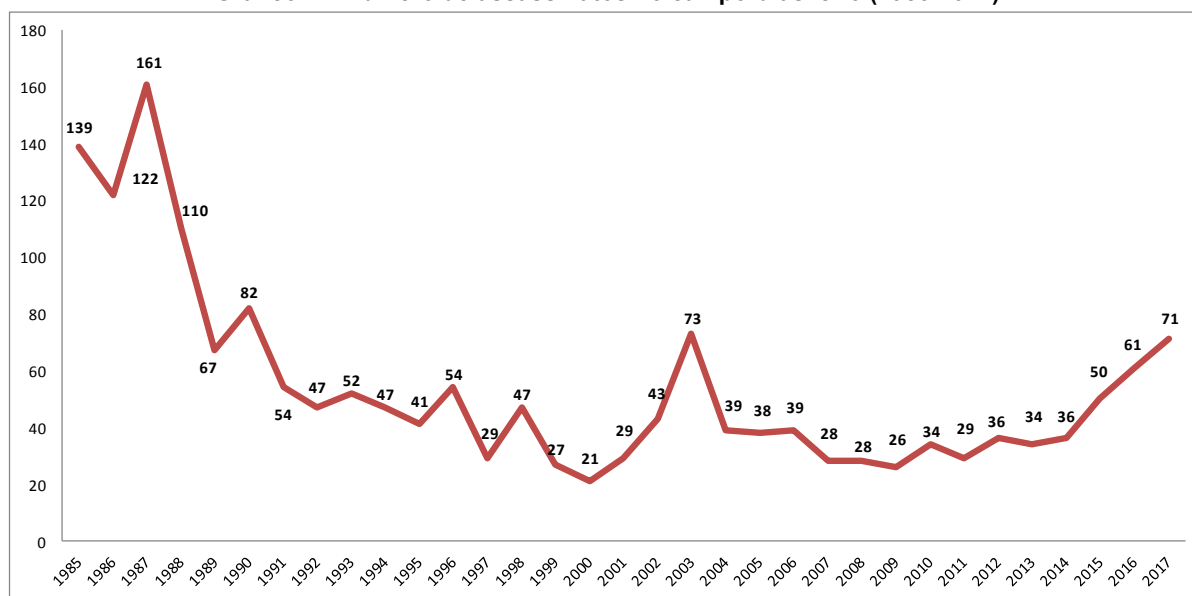
Fonte: MST/PB - Autora Thais Pelegrino, dez. 2018.

O ato de assassinar, expulsar à força e ameaçar camponeses, sem terra, índios e quilombolas é uma constante histórica na formação territorial desse país. Frequentemente a bala, e não as normas, serve como mediação dos conflitos, transformando as áreas rurais desse país, muitas vezes dominadas por latifúndios
Disponível em www.fct.unesp.br/nera

improdutivos, não em um campo de guerra, mas em um campo de execução da brutalidade e covardia contra uma fração da população que, caracterizada pelas injustiças sociais, se organiza em movimentos sociais de luta.

A base de dados do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, da Comissão Pastoral da Terra, evidencia um aumento assustador do número de assassinatos em conflitos por terra, principalmente pós-eleições de 2014, quando a democracia brasileira entrou em uma conjuntura de conflitos, ataques e Golpe político. O gráfico abaixo mostra uma longa série histórica com altos e baixos nos números de assassinatos. Alto e baixo não desautoriza a constatação da violência permanente contra as populações rurais, mas, sim, indica que em determinadas conjunturas os números aumentam ou diminuem.

Gráfico 1 – Número de assassinatos no campo brasileiro (1985-2017)



Fonte: CEDOC Dom Tomas Balduino - CPT. Org: MITIDIERO JR, M. A e FELICIANO, C.A., 2018

Nos atemos aos anos de 2014 a 2017 (e ao incompleto ano de 2018). O que nos informa esse período a respeito da conjuntura política que certamente influenciou no aumento das mortes?

O ano de 2014 foi o ano eleitoral em que o pleito para presidente da República iniciou um processo de fragmentação política da população brasileira, fragmentação essa agora inteiramente sedimentada nas eleições de 2018. Em 2014, o lado perdedor, encabeçado pelo candidato Senador Aécio Neves e seu partido (PSDB), não reconhecem a derrota e dão início a um Golpe político.

Os ânimos acirrados durante a corrida eleitoral apenas intensificam-se após a reeleição de Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, e depois de sua posse em 2015. Os lemas da oposição foram de: “vamos derrubar o governo”, “tchau querida”, “*impeachment já*” e “vamos sangrar o governo” (este último talvez o mais apropriado para a leitura dos rebatimentos da arquitetura e efetivação do Golpe político na questão agrária recente). No campo, os dados de assassinatos cresceram a partir dessa conjuntura, de 34 mortos em 2013 para 36 mortos em 2014, fechando 2015 com 50 militantes e lideranças rurais assassinadas.

Em dezembro de 2015, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, aceita o pedido de *impeachment* e o Brasil entra em 2016 sobre uma instabilidade política que reverberou em todas as dimensões da sociedade brasileira. O ano de 2016 foi o ano do Golpe, um Golpe político/parlamentar/jurídico/midiático que teve apoio direto de diferentes setores da elite brasileira, porém com protagonismo maciço da elite agrária. Em 31 de agosto de 2016, a presidente Dilma Rousseff tem seu mandato cassado em votação no Senado. Daí em diante o que se assistiu foi a instalação de um governo golpista, calçado em setores entreguistas e parasitários da economia nacional, o que levou a iniciar um processo de desmonte do Estado e entrega do patrimônio nacional às elites internacionalizadas.

Em 2016, os temas da reforma agrária, das terras indígenas e quilombolas e o da preservação da natureza foram duramente atacados pelo governo e parlamento golpista. Os dados de assassinato subiram para 61 mortos. Em 2017, a agenda política continuou a mesma e o domínio da chamada Bancada Ruralista no Congresso (e no Executivo) estava mais do que consolidado. O ano de 2017 foi assombroso quando analisamos os conflitos agrários, pois contabilizou 71 mortes, das quais 31 delas ocorreram em cinco massacres. 2017 foi o ano dos massacres no campo.

É importante nomear aqueles que tiveram suas vidas ceifadas em 2017: Damião Lima da Silva, Flávio de Lima Souza, Marinalva Silva de Souza, Jairo Feitosa Pereira, José Raimundo Mota de Souza Junior, João Ferreira dos Santos, Lindomar Fernandes Martins, Marcos Pereira Silva, Cosme Rosário da Conceição, Gildásio Bispo das Neves, Valdir Pereira Silva, Amauri Pereira Silva, Adelton Brito de Souza, Flávio Gabriel Pacífico dos Santos, José Caneta Galeão, Sonia Vicente Cacau Gavião, Zé Menino, João da Cruz Abreu, Raimundo Silva, Aldo Aparecido Carlini, Valmir Rangeu, Fabio Rodrigues dos Santos, Samuel Antônio da Cunha, Francisco Chaves da Silva, Adson Alves Antunes, Ezequias Santos de Oliveira, Izaul Brito, Sebastião Ferreira de Souza, Silvone Gonçalves, Silvino Nunes Golveia, Jhonatan Alves Pereira, Fernando Pereira, Kátia Martins de Souza, Etevaldo Soares Costa, Maria da Lurdes Fernandes, Manoel Índio Arruda, Eraldo Moreira Luz, Jorge Matias da Silva, Maria Trindade da Silva Costa, Waldomiro Costa Pereira, Ronaldo Pereira de Souza, Oseir Rodrigues da Silva, Antônio Pereira Milhomem, Nelson Souza Milhomem, Regivaldo Pereira da Silva, Hércules Santos de Oliveira, Bruno Henrique Pereira Gomes, Jane Júlia de Oliveira, Weclbson Pereira Milhomem, Wedson Pereira da Silva, Rosenilton Pereira de Almeida, Antônio Alves Gomes, Zacarias Lalau, Antônio José Claudino, Vanderson Siqueira dos Santos, Roberto Santos Araújo, Hugo Rabelo Leite, Liversino Azevedo, Elivelton Castelo, Orestes Rodrigues de Castro, Renato Souza Benevides, Jefferson Neponuceno, Weverton Cantão, Paulo Sérgio Bento Oliveira, Valdir Juventino, Manuel Quintino da Silva Kaxarari, Ademir Souza Pereira, Ceará, Valdinei Assis da Silva, Yuri Silva, Geovani Alves de Jesus.

Os dados de assassinatos no campo de 2018 serão divulgados pela CPT em abril de 2019. Mas um dado parcial indica uma redução do número total, contudo, com uma qualificação das ocorrências de mortes. Dos 24 assassinatos até 8 de dezembro de 2018, 16 deles foram lideranças da luta pela terra. Ou seja, os crimes estão sendo mais cirúrgicos, atingindo diretamente quem lidera a organização das lutas.

O Golpe de 2016 e todo o seu processo (antes e depois) parece ter concedido licença para matar nos conflitos fundiários. O Golpe intensificou o número de ocorrências de diferentes formas de violência e o aumento do número de assassinatos registrados pela CPT. E, ainda, parece ter dado *salvo-conduto* à

execução de ações brutais contra camponeses, sem terra, índios e quilombolas. Se historicamente a impunidade nos crimes foi a tônica dominante, agora passa a ser uma tônica totalizante.

A corrida eleitoral de 2018 aguçou as polarizações já sedimentadas na política nacional. Não só a corrida para o cargo de presidente da República, mas também deputados (federais e estaduais), senadores e governadores tiveram, por uma parte dos candidatos, o discurso do ódio e da violência como plataforma política. O candidato a deputado federal e futuro Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, usou o sugestivo e violento material na sua campanha¹:



A respeito do presidente eleito, Jair Bolsonaro, posso resumir a violência do seu discurso com suas próprias frases proferidas, sem meios termos, em campanha: “No que depender de mim, o agricultor, o homem do campo, vai apresentar como cartão de visita para o MST um cartucho 7.62”; “àqueles que me questionam se eu quero que matem esses vagabundos, quero sim. A propriedade privada numa democracia é sagrada. Invadiu, pau nele” (RUSCHEL, 2018); “fuzilar a petralhada”; “se eu assumir, índio não terá nem mais 1cm de terra”², etc. Todo esse contexto preparou e prepara o terreno para a execução da violência como forma de mediação dos conflitos.

Nessa conjuntura, a tipificação das mortes objetivaram uma pedagogia do terror aos militantes dos movimentos sociais. Como os assassinatos de José Bernardo e Rodrigo Celestino, fuzilados na frente de seus parentes e companheiros de luta, muitas outras mortes tiveram requintes de crueldade. Ocorreram como se fossem uma espécie de violência brutal pedagógica afim de eliminar, pelo medo e terror, as manifestações de luta por justiça social e territorial.

No histórico dos assassinatos na Paraíba decorrentes da luta pela terra, daqueles que foram registrados, chega-se a 47 o número de mortos. Alguns deles entraram para a história das lutas rurais no

¹ Disponível em: <https://blogdopedlowski.com/2018/12/11/ricardo-salles-um-ministro-a-altura-da-agenda-reacionaria-do-governo-bolsonaro/>, acesso em 18/12/2018.

² Disponível em: <https://www.msn.com/pt-br/noticias/mundo/se-eu-assumir-%C3%ADndio-n%C3%A3o-ter%C3%A1-mais-1cm-de-terra-diz-bolsonaro/ar-BBIUfo2>, acesso em 18/12/2018.

Brasil, como as emboscadas que tiraram a vida dos líderes das Ligas Camponesas João Pedro Teixeira, em 1962, e Nego Fuba e Pedro Fazendeiro, em 1964; além do assassinato da líder sindical Margarida Maria Alves, em 1983.

Ao analisar a tabela abaixo, constata-se que apenas em 3 ocorrências foram assassinados mais do que uma pessoa ao mesmo tempo, como ocorreu em 8 de dezembro de 2018, com o brutal e covarde assassinato de Orlando e Rodrigo. Em 28 de agosto de 1964 foram mortos Nego Fuba e Pedro Fazendeiro; em 19 de junho de 1988 foram mortos Antonio Ferreira da Silva e Francisco de Assis Silva; em 31 de julho de 2012 foram tiradas a vida de Claudemir Ferreira da Silva e do Cacique Geusivan Silva de Lima.

Tabela 1 – Assassinatos no campo na Paraíba – 1962 a 2018

DATA	MUNICÍPIO	ASSASSINADO	OCUPAÇÃO
14/03/1962		Alfredo Pereira do Nascimento	
02/04/1962	SAPÉ	João Pedro Teixeira	posseiro
15/01/1964		Antônio Galdino de Araújo	
28/08/1964		João Alfredo Dias "Nego Fuba"	
28/08/1964		Pedro Inácio de Araújo "Pedro Fazendeiro"	s/i
21/11/1976		José Antônio da Silva "Zé da Jaca"	
07/10/1981		José Silvino	
28/10/1981		José Severino da Silva	
05/06/1981		Rafael Coube	
12/08/1983	ALAGOA GRANDE	Margarida Maria Alves	sindicalista
10/11/1984		Anastácio Abreu e Lima	
15/02/1984		Antônio Nunes da Silva	
03/04/1984		Antônio Miguel de Brito	
15/09/1984		Aurelino Joaquim da Silva	
12/10/1986	ITABAIANA	Severino Moreira de Lima "Biu Moreira"	lavrador
01/10/1987	NAZAREZINHO	José Nonato da Silva	lavrador
06/08/1987	BELÉM	Maria Denise C. da Silva	trabalhadora rural
19/06/1988	S. JOSÉ DO BOMFIN	Antonio Ferreira da Silva	trabalhador rural
19/06/1988	S. JOSÉ DO BONFIM	Francisco de Assis Silva	trabalhador rural
27/09/1988	SAPÉ	José Eudes Ferreira	trabalhador rural
29/12/1988	CONDE	José Francisco Avelino "Zé de Lela"	posseiro
30/03/1989	CONDE	Severina R. da Silva "Bila"	trabalhadora rural
09/04/1989	BANANEIRAS	Luzia de Brito	camponesa sem terra
03/06/1985		José Silvino Valdivino	posseiro
14/03/1990	AREIA	Valdemar Dionísio	posseiro
11/01/1991	SAPÉ	José Carlos Bezerra "Tarzan"	camponês
30/01/1992	LAGOA	Eduardo Alves da Costa	posseiro
06/12/1992	ARARUNA	José Rômulo	trabalhador rural
23/10/1992	CAAPORÃ	Antônio Calixto da Silva	trabalhador rural
05/06/1992	ALAGOA GRANDE	Severino Adelino de Souza	canavieiro
07/08/1995	MAMANGUAPE	João Paulo Gomes do Nascimento	posseiro
19/05/1997	SÃO MIGUEL DE TAIPÚ	Manoel Luiz da Silva	sem-terra
07/07/1999	SÃO MIGUEL DE TAIPÚ	Joaquim Antônio Teotônio	sem-terra
09/09/2000	SOBRADO	Sandoval Alves de Lima	sem-terra

01/06/2002	ITABAIANA	Almir Muniz da Silva	liderança
04/06/2003	JACARAÚ	Antônio Xaves da Silva	sem-terra
19/01/2004	MARI	Antônio Carlos da Silva	posseiro
29/07/2009	AROIRAS	Odilon Bernardo da Silva Filho	liderança
12/11/2010		Jorge Aleixo da Cunha	
25/11/2011		José Gomes de Lima	
23/10/2012	CAMPINA GRANDE	José Pontes da Silva	liderança
31/07/2012	MARCAÇÃO	Claudemir Ferreira da Silva	aliados
31/07/2012	MARCAÇÃO	Cacique Geusivan Silva de Lima	liderança indígena
06/01/2013	CAMPINA GRANDE	Leandro Soares de França Silva	liderança
06/04/2016	MOGEIRO	Ivanildo Francisco da Silva	liderança
08/12/2018	ALHANDRA	José Bernardo da Silva (“Orlando”)	liderança
08/12/2018	ALHANDRA	Rodrigo Celestino	sem-terra

Fonte: Adaptado de Rodrigues, 2018. Org. Mitidiero, 2018.

Segundo Rodrigues (2018), na Paraíba, de 1962 a 2018, foram vitimados posseiros, lideranças sindicais e indígenas, trabalhadores rurais, sem-terra, entre outras categorias. No que se refere ao período da redemocratização, entre 1985 e 2016, ocorreram 26 casos de assassinatos, que vitimaram 28 pessoas. Destes, somente 5 casos foram julgados e nenhum mandante foi condenado. Foram condenados 2 executores e outros 4 foram absolvidos.

Para a autora, ao menos 3 aspectos são comuns à maioria dos casos de violência:

- a) o envolvimento das oligarquias rurais como mandantes de muitos assassinatos;
- b) a participação de policiais na execução dos “serviços”, cometendo diversas ações criminosas contra os camponeses a mando dos fazendeiros, quando a função destes seria a de cumprir a lei e proteger a população;
- c) a impunidade dos mandantes já que, mesmo nos casos nos quais se provou a participação deles, muitos não foram condenados pelos crimes, o que demonstra claramente a conivência do Estado por meio da ação do Poder Judiciário e policial no campo. (RODRIGUES, 2018, p. 387)

Onde está a raiz dessa violência? A resposta mais objetiva a essa indagação é: está radicada na concentração fundiária, como podemos ver na tabela 2.

Tabela 2 - Paraíba - Número de estabelecimentos e área dos estabelecimentos por classes de área, 2006

Variáveis	Classes de área		
	Pequeno (0 a 100 ha)	Médio (100 a 500 ha)	Grande (500 ha acima)
Estabelecimentos	152 797	6199	1056
Estabelecimentos (%)	91,3%	3,7%	0,6%
Área (ha)	1 491 826	1 230 936	1 064 641
Área (%)	39,4%	32,5%	28,1%
Área Média (ha)	9,8	199	1008

Fonte: Censo Agropecuário 2016. Org. Barbosa, 2017

Os dados do Censo Agropecuário para a Paraíba, considerando três classes de área a partir da referência dos módulos fiscais, possibilita considerar pequenos estabelecimentos os que compreendem de Disponível em www.fct.unesp.br/nera

0 a 100 hectares, médios de 100 a 500 e os grandes estabelecimentos aqueles acima de 500 hectares. Na análise percentual dos dados, constatamos que 91,3% dos estabelecimentos pequenos possuem 39,4% da área ocupada, contudo, os estabelecimentos considerados grandes para o estado são apenas 0,6% do total, possuindo 28,1% das terras, o que aponta uma intensa concentração fundiária. Quando somamos os médios e os grandes, compreendendo 4,3% dos estabelecimentos, eles possuem juntos 60,6% das terras, sendo que os pequenos que são quase a totalidade dos estabelecimentos no estado (91,3%) possuem apenas 28,1% delas.

Diante de tantas dimensões que podem ajudar a explicar a brutal violência no campo e até mesmo a violência como constituinte da formação social e territorial brasileira, da colonização aos dias atuais, a concentração fundiária e sua perpetuação sob o cajado dos donos da terra são a raiz das mortes de José Bernardo da Silva (“Orlando”) e Rodrigo Celestino.

Orlando e Rodrigo, que a memória da luta de vocês esteja sempre presente! Presentes na luta pela vida, nos territórios de vida.

Figura 4 – Rodrigo Celestino mexendo na terra



Fonte: MST/PB, sem data.

Figura 5 – Orlando (sem camisa) e seu irmão Osvaldo na colheita.



Fonte: MST/PB, sem data.

REFERÊNCIAS

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil – 2017**. Goiânia, Expressão Popular/CPT, 2018.

FERNANDES, BERNARDO MANÇANO. **MST: movimento dos trabalhadores rurais sem terra, formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MITIDIERO Jr. MARCO A., FELICIANO, CARLOS A. **A violência no campo brasileiro em tempos de golpe e a acumulação primitiva de capital**. Revista OKARA. Geografia em Debate.v. 12, n. 2, p. 220-246, 2018.

RODRIGUES, LUANNA L. M. **TERRA QUE BROTA MARGARIDAS E ENCERRA VIDAS: judicialização da questão agrária e violência no campo paraibano.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, 2018.

RUSCHEL, RENE. **De volta à barbárie.** Revista Carta Capital. Ano XXIV, n 1034, 19 de dezembro de 2018.